

DE OBJETO A SUJEITO: A FIGURA DO INDÍGENA NA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA.

Mêrivania Rocha Barreto¹

“Não há povo que não ostente, no elenco dos seus signos mais expressivos, objetos de linguagem correspondentes ao que, em nosso mundo, chamamos poesia” (RISERIO, 1993, p. 25).

Resumo: O presente artigo objetiva fazer um estudo acerca da inserção do indígena na história da literatura brasileira, desde o período do “achamento” até a atualidade. Para tanto, buscar-se-á fazer um panorama histórico mostrando a passagem do indígena enquanto objeto (figura muda e idealizada) descrito pelos viajantes e escritores, para sujeito (falante e real) enquanto autor do seu próprio texto. O trabalho será de pesquisa bibliográfica baseada nas narrativas dos viajantes, textos literários e textos teóricos. Tem-se como referencial teórico os livros de Carvalho (2009, 2017, 2020), Sá (2012), Neiva (2010), Almeida e Queiroz (2004), etc. Alguns dos resultados alcançados apontam para a constatação de que, há passos lentos, a literatura indígena brasileira vem, aos poucos, conquistando espaço na história literária do país, no entanto, ainda há muito o que se fazer, sobretudo por parte da academia, para a inserção desses autores no cânone nacional.

Palavras-chave: Literatura indígena. Objeto. Sujeito.

Abstract: This article aims to make a study about the insertion of the indigenous in the history of Brazilian literature, from the period of “finding” to the present. For that, we will try to make a historical panorama showing the passage of the indigenous person as an object (dumb and idealized figure) described by the travelers and writers, for the subject (speaking and real) as authors of their own texts. The work will be of bibliographic research based on the travelers’ narratives, literary texts and theoretical texts. The books by Carvalho (2009, 2017, 2020) Sá (2012), Neiva (2010), Almeida and Queiroz (2004), etc. are used as theoretical references. Some of the results achieved is the realization that, with slow steps, Brazilian indigenous literature is gradually gaining space in the country’s literary history, however, there is still a lot to do, especially on the part of academia, for the insertion of these authors in the national canon.

Key-words: Indigenous literature. Object. Subject.

¹ Doutoranda em Letras (Estudos Literários) pelo Programa de Pós-graduação em Letras – PPGL/UFPA. E-mail merivaniabarreto@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se fala acerca de assumir seu lugar de fala, especialmente quando se trata daqueles que são denominados de “minorias”, sejam mulheres, negros, ribeirinhos, indígenas, entre outros. Diante disso, este trabalho busca mostrar o percurso historiográfico do indígena, enquanto sujeito colonizado (objeto, mudo, invisível) até adquirir, ainda de forma muito tímida, voz e vez, vindo daí a justificativa deste trabalho, cuja importância servirá para entender como o pensamento decolonial tem sido importante para a inserção do indígena, mesmo que de forma ainda muito tímida, na literatura brasileira. Para tanto, tem-se como objetivo geral do trabalho fazer um estudo sobre a inserção do indígena na história da literatura brasileira, e como objetivos específicos montar um panorama histórico da presença do indígena nos textos literários (seja como personagem, seja como autor) desde a colonização até a atualidade, bem como refletir sobre as dificuldades encontradas pelos povos originários para conseguir ter voz e vez diante de um sistema literário excludente, segregador. Para isso, buscar-se-á amparar-se em pesquisa bibliográfica de textos teóricos, narrativas de viajantes e textos literários.

Este artigo, além desta Introdução e Considerações finais, apresenta duas seções. A primeira, intitulada “Indígena: objeto de exploração”, monta um panorama historiográfico sobre a presença do indígena nas letras brasileira, mostrando a visão que o branco, dito civilizado, teve dos povos que aqui estavam quando chegaram em terras brasileiras, bem como a descrição que os viajantes e escritores literários fizeram desses povos. Já a segunda seção mostra a posição do indígena enquanto sujeito que possui voz para recontar a história que o branco contou de si, bem como destaca alguns escritores indígenas que vêm ganhando destaque no cenário literário atual.

INDÍGENA: OBJETO DE EXPLORAÇÃO

Com a chegada dos portugueses no Brasil, em 1500, a cultura indígena brasileira passa a ser descrita nos livros, textos, cartas, documentos, entre outros. Tem-se como exemplo a carta de Caminha, “documento” pelo qual o rei de Portugal fica sabendo sobre o achado da Nova Terra e dos povos que aqui já se encontravam. A partir de então, as portas brasileiras foram abertas para a entrada de viajantes estrangeiros que estavam curiosos em explorar o Novo Mundo e conhecer o exótico que nele habitava, até então, desconhecido.

Lúcia Sá, em seu livro *Literaturas da Floresta* (2012), observa que o primeiro viajante a escrever sobre as sociedades indígenas foi o alemão Hans Staden, que durante nove meses foi mantido prisioneiro dos tupinambás no litoral norte de São Paulo em cuja obra, *Dois viagens ao Brasil*, publicada em 1557 relata sobre a tribo que lhe manteve prisioneiro. Ainda segundo Lúcia Sá, os viajantes deste século estavam comprometidos com os interesses comerciais da coroa e em provar ideias preconcebidas sobre a falta de crença dos indígenas em qualquer deus. Já no século XVII, as principais publicações foram feitas

[...] por padres de outras ordens, como é o caso da *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas* (1614), de Claude d’Abbeville, e *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 e 1614*, de Yves d’Evreux [...] Esses textos oferecem descrições detalhadas da vida, das crenças e dos costumes dos índios brasileiros, sobretudo dos tupis” (SÁ, 2012, p. 158).

Após a instalação da corte portuguesa no Brasil, houve uma maior abertura para a entrada desses viajantes no país. Dentre os principais, destacam-se “os alemães Spix e Martius e o francês Auguste de Saint-Hilaire” (CÂNDIDO, 2002, p.12). Sobre a vinda desses pesquisadores, Cláudia Neiva (2010) observa que foi uma tentativa mais

ou menos científica de investigar e documentar as culturas autóctones. Naquele mesmo período tomava corpo as pesquisas folclóricas que registravam as narrativas indígenas, especialmente as realizadas por Couto Magalhães, Barbosa Rodrigues e Capistrano de Abreu.

No final do século XIX e início do século XX, esteve em território brasileiro o alemão Theodor Koch-Grünberg², que fez várias viagens ao Brasil, dentre elas a que foi realizada no período de 1911 a 1913 na fronteira entre Brasil, Venezuela e República Cooperativa da Guiana e teve como resultado a publicação da obra *Vom Roroima zum Orinoco (Do Roraima ao Orinoco)*, no ano de 1917. Efetivamente, foi graças ao minucioso trabalho de Theodor Koch-Grünberg em terras indígenas da Amazônia que as narrativas dos índios Pemon (habitantes da região fronteira entre Brasil, Venezuela e República Cooperativa da Guiana) foram apresentadas ao mundo, especialmente, por meio da figura do lendário Makunaima³, inserido nas páginas de *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, por Mário de Andrade, no ano de 1928. No entanto, assim como muitos viajantes, o pesquisador alemão também contribuiu para elucidar o estereótipo dado aos indígenas (preguiçoso, selvagem, etc.), que vem desde a chegada dos colonizadores portugueses. No seu diário de viagem é visível que algumas anotações se encontrem repletas de preconceitos em relação ao “povo moreno” que é o sujeito de sua pesquisa, destaca-se algumas delas: “desonestidade é uma das principais características desse povo inferior” (KOCH-GRÜNBERG, 2006,

2 “O projeto de Koch-Grünberg tinha o objetivo de captar, para usar de um conceito-chave para o romantismo alemão e ainda em voga nesse momento para a cultura etnográfica alemã, a ‘cor local’, ou seja, o espírito e a alma desses povos primitivos que, por essa razão mesma, podiam servir de explicação para muitas das indagações sobre as etapas evolutivas da humanidade e sobre os diferentes estágios de desenvolvimento das civilizações e das sociedades (CARVALHO, 2009, n.p.).

3 Herói cultural dos índios pemon. Entre os indígenas ele é conhecido como Makunaima, na Alemanha ficou conhecido como Makunaíma, e, com Mário de Andrade, tornou-se Macunaíma.

p. 241); “Agora a insensibilidade desse povo inferior se revela. [...] Esses monstros deixaram o pobre macaquinho morrer de fome e o maltrataram até a morte” (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 254); “insensíveis como todos os índios, abandonam um cachorrinho às margens do rio Mewerari, de forte correnteza” (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 263). Também em relação aos demais brasileiros é visível a ideia de superioridade, de estrangeiro, de europeu e de branco, em alguns escritos no diário do viajante: “a confiança é algo que não se pode apreciar demais nesse país” (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 150). Até mesmo através da sua vestimenta “roupas brancas e chapéu” o pesquisador parece querer demarcar a ideia de “superioridade” de sua cultura em relação a dos indígenas.

Por meio dos adjetivos “desonestos”, “insensíveis”, “monstros”, “inferiores” usados por Theodor Koch-Grünberg (2006) para referir-se aos indígenas e ao povo brasileiro, fica visível a presença do racismo científico em relação aos sujeitos de sua pesquisa. Esse ainda perdura na atualidade, apesar de haver uma constante luta de pesquisadores e ativistas para que se possa desconstruir esses estereótipos, sobretudo em relação ao indígena.

Vale lembrar que antes da chegada dos portugueses já havia uma cultura oral entre os primeiros habitantes do Brasil, portanto, suas textualidades já se faziam presentes antes mesmo do contato com o branco, no entanto, com a chegada dos navegantes, sua voz foi silenciada, como Cláudia Neiva de Matos observa, “o índio do Brasil apresentou-se desde o início e durante muito tempo como figura muda” (NEIVA, 2010, p. 435), descreveram suas vestimentas, seus costumes, comidas, modo de viver, apropriaram-se de suas narrativas⁴, todavia, não os deixaram falar. Esse

4Até o século XX os viajantes, ao transcreverem as narrativas que lhes eram narradas, não davam os devidos créditos de autoria, assinavam sozinhos, como verdadeiros autores; tem-se como exemplo o segundo volume de *Von Roroima Zum Orinoco*, que contém as narrativas dos povos Taurepang e Arecuná, mas foi assinada somente pelo etnólogo alemão

silenciamento vai se manter por aproximadamente quase cinco séculos.

Com o surgimento do Romantismo, as narrativas indígenas saltaram dos diários dos viajantes para as páginas da literatura canônica. No Romantismo, o “espírito moderno consistiria em romper a coexistência e promover o triunfo da literatura nacional, que no caso brasileiro deveria levar em conta a capacidade poética do índio” (CÂNDIDO, 2002, p. 28). O desejo de independência política, econômica e cultural do Brasil, que se aguça, sobretudo, a partir da vinda da família Real, vai influenciar também no desejo de criar uma literatura genuinamente brasileira que encontra nos ideais do Romantismo o caminho para o seu desenvolvimento:

Então, o Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e, portanto, a identidade, em oposição à Metrópole, identificada com a tradição clássica. Assim surgiu algo novo: a noção de que no Brasil havia uma produção literária com características próprias, que agora seria definida e descrita como justificativa da reivindicação de autonomia espiritual (CÂNDIDO, 2002, p. 21).

De acordo com Antônio Cândido (2002), no livro *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivie du résumé de l'histoire littéraire du Brésil* publicado em 1826, o francês Ferdinand Denis funda a teoria e a história da literatura brasileira

[...] baseado no princípio, então moderno, que um país com fisionomia geográfica, étnica, social e histórica definida deveria necessariamente ter a sua literatura peculiar, porque esta se relaciona com a natureza e a sociedade de cada lugar. Os brasileiros deveriam, portanto, concentrar-se na descrição da sua natureza e costumes, dando realce ao índio, o habitante primitivo e por isso mais autêntico, segundo Denis (CÂNDIDO, 2002, p. 22).

Theodor Koch-Grünberg e Watunna: mitologia Makiritare, assinada pelo pesquisador francês Marc de Civrieux, que contém as narrativas dos povos Y'ekuanas.

A partir de então, o indígena é oficialmente o símbolo pela busca dessa identidade nacional, e será inserido nas produções literárias brasileiras da época. Os modelos dos poemas de Basílio da Gama e Santa Rita Durão, que continham temática indígena, eram os modelos do passado a serem seguidos. A história da literatura brasileira considera Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa (1812-61), como sendo oficialmente o primeiro romancista propriamente dito, e também o autor do primeiro poema longo de tema indianista: “Três dias de um noivado” o qual Antônio Cândido considera como sendo “muito ruim”.

Antônio Cândido (2002) elege como o verdadeiro representante do Romantismo brasileiro o escritor Gonçalves Dias. Para o crítico, “o essencial da sua obra poética está contido em três livros: *Primeiros cantos* (1847), *Segundos cantos* (1848), *Últimos cantos* (1851)” (CÂNDIDO, 2002, p. 48), os quais, segundo Cândido, contêm um conjunto de boas qualidades sobre a temática indígena. Além de Gonçalves Dias, outro autor que se destacou por tratar temáticas indígenas em sua prosa é José de Alencar. No entanto, é importante enfatizar que o indígena representado em suas obras era um indígena idealizado, descrito aos moldes do cavaleiro europeu da Idade Média, que aceitava e justificava a miscigenação do país, como é possível observar em *O guarani* e *Iracema*, respectivamente: “Peri, o protagonista de *O guarani*, termina o romance carregando a mulher branca Ceci em seus braços; e a índia tabajara Iracema (anagrama de América) morre depois de dar à luz o mestiço Moacir (‘filho do sofrimento’, no tupi de Alencar), cujo pai é o português Martim” (SÁ, 2012, p. 186). Observa-se que neste período a temática indígena serviu apenas como material para a criação de textos literários canônicos, de modo que os escritores canônicos, pareciam não estar preocupados com as lutas indígenas à época:

Sua maior preocupação era como explicar e incorporar o passado pré-europeu à história do país, forjando uma cultura e uma história ‘verdadeiramente brasileiras’. Com isso em mente, esses escritores se debruçaram sobre os documentos históricos que tinham à sua disposição, ou pelo menos sobre os que reconheciam como tal: crônicas, diários de viagem, cartas e documentos dos jesuítas (SÁ, 2012, p. 183).

O fato é, como defende Lúcia Sá, a maioria dos escritores românticos, assim como seus críticos, não foram capazes de colocar o indígena como ele realmente é, nem mesmo de lutar por seus ideais, conforme trecho abaixo:

Um aspecto pouco discutido desse debate é que tanto a visão da maioria dos escritores românticos como a de seus críticos tiveram como resultado o silenciamento quanto às questões relativas ao direito à propriedade da terra pelos indígenas. Ao desprover os índios de importância histórica, negam-se os laços culturais que ligariam os caboclos e índios destribalizados aos seus ancestrais e, como consequência, anulam-se as demandas que esses caboclos ou indígenas poderiam ter sobre a terra de seus antepassados (SÁ, 2012, p. 202).

Posteriormente, com o Modernismo, movido por uma preocupação nacional em criar uma arte, de fato, brasileira, representada pela cultura popular, tem-se, mais uma vez, a apropriação dos elementos pertencentes à cultura indígena, sobretudo com Mário de Andrade e sua obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* (1928) que foi escrita após a leitura que o autor fez do volume II de *Von Roroima Zum Orinoco*, de Theodor Koch-Grünberg. Mário de Andrade não fez grandes mudanças nas narrativas indígenas retiradas de Koch-Grünberg e inseridas em *Macunaíma*, ainda assim, o autor parece querer evidenciar um dos estereótipos colocado nos indígenas, o de preguiçoso, ao repetir, incansavelmente, em seu livro, a fala de Macunaíma: “Ai que preguiça!”

A obra *Macunaíma*, já nas suas primeiras críticas após sua publicação⁵, foi reconhecida que

⁵ As principais críticas giravam em torno da apropriação que Mario de Andrade fez das narrativas coletadas por Theodor Koch-Grünberg, chegando a ser acusado de plagiador por

é composta, em grande parte, por temas indígenas, no entanto, poucos estudiosos se propuseram a estudar essas narrativas separadas da obra. É evidente que as pesquisas acerca da obra são importantes e trouxeram grandes contribuições para os estudos literários sobre o Modernismo brasileiro e para o entendimento do projeto literário do escritor paulistano, bem como para o entendimento do processo de composição do livro, como as pesquisas de Proença (1987), Gilda de Melo e Souza (1979) Telê Porto Ancona Lopes (1974), entre outros; no entanto, as discussões sobre as narrativas indígenas que foram inseridas nas obras, em grande parte, são tangenciadas pelos estudiosos,

Embora a influência dos textos indígenas em *Macunaíma* não tenha sido negada, os textos indígenas propriamente ditos nunca foram analisados seriamente, pois esse trabalho tende a ser visto como supérfluo, já que as fontes ameríndias são geralmente consideradas simples matéria-prima etnográfica (SÁ, 2012, p. 85).

É importante observar que, como viajante, crítico, folclorista e estudioso da cultura brasileira, o próprio Mário de Andrade já reconhecia a importância das textualidades indígenas, conforme escrita da carta enviada a seu amigo Carlos Drummond de Andrade: “[...] acredito que essa minha propensão não vem de agora nem é efeito de moda. Sempre tive ela e para mim essas grandes lendas tradicionais dos povos são as histórias, os casos, os romances mais lindos que pode haver” (LOPEZ, 1988, p. 394-5).

Porém, como defende Lúcia Sá, mesmo convencido das riquezas que as textualidades indígenas possuem, nem Mário de Andrade e nem os outros que se propuseram a escrever sobre a cultura indígena, nenhum deles “demonstrou a menor preocupação com a sobrevivência das culturas indígenas ou com o lugar ocupado pelos muitos críticos da época.

índios e seus descendentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, pouco diferiam da maioria de seus antecessores românticos” (SÁ, 2012, p. 210).

Na segunda metade do século XX mais três obras se destacaram por tratarem de temáticas indígenas, são elas: o *Meu tio o Iauaretê*, conto de João Guimarães Rosa publicado em 1961; *Quarup*, romance de Antonio Callado, publicado em 1967; e *Maira*, romance de Darcy Ribeiro, publicado em 1976. Embora, segundo Lúcia Sá, as obras possuam uma preocupação mais significativa com a questão da violência praticada contra os indígenas, os autores não conseguem ir mais além, ou seja, não conseguiram tratar de temáticas ligadas ao reconhecimento das tradições indígenas e de seus territórios e saberes, por exemplo. No caso de *Maira*, o romance demonstra uma visão pessimista acerca do futuro da tribo mairuns (tribo fictícia criada por Darcy Ribeiro). Do mesmo modo, em *Meu tio o Iauaretê* “[...] o protagonista mestiço do conto termina isolado devido às suas origens indígenas e busca então refúgio na cultura de sua falecida mãe – cultura que, para ele, sobrevive na forma da onça, o animal totêmico[...]” (SÁ, 2012, p. 366).

Seja com o Romantismo ou seja com o Modernismo, nenhum escritor foi capaz de denunciar o histórico de violência sofrido pelos indígenas, pelo contrário, houve, de certa forma, um apagamento do histórico de violências e abusos do colonizador em relação a esse povo, em detrimento do aparecimento de um indígena idealizado que convive de forma harmoniosa com o branco, mas que possui um fim trágico:

Esse é o destino dos personagens indígenas em textos nos quais sua cultura é retratada como oposta e antagônica à cultura ocidental; porém, mesmo nas obras em que o índio aparece como herói nacional, sua sorte não é muito melhor. Os guerreiros de Gonçalves Dias, por exemplo, são definitivamente heróis do passado; e quanto a Macunaíma, uma desconstrução do herói nacional, vimos que ele se transforma no último sobrevivente

de sua tribo, dominado pela solidão e pelo isolamento, e saudoso de São Paulo (SÁ, 2012, p. 366).

Diante das observações acima, verifica-se que os textos canônicos que se apropriaram de temáticas indígenas não levaram em conta a capacidade poética desses povos e nem mesmo as suas lutas (territoriais, sobrevivência, direito à vida, etc.). Como defende Maria Cândida Almeida (2002, p. 194), a presença do indígena enquanto personagem de textos canônicos escritos por brancos, é apenas uma forma de “camuflar a violência e a destruição que marcaram o começo da colonização do Brasil”.

Cláudia Neiva (2010) chama atenção para uma situação paradoxal que vivemos no Brasil: de um lado tem-se a literatura canonizada, na qual o motivo indígena foi o responsável em fundar uma imagem enobrecedora da literatura nacional; por outro lado, este mesmo motivo indígena tem dificuldade em encontrar espaço na academia para ser estudado, difundido, pesquisado, de modo que as textualidades dos indígenas brasileiros, em sua maioria, permanecem desconhecidas e à margem da literatura nacional. E isso vai fazer com que a criação da literatura escrita indígena caminhe a passos lentos, “há, portanto, um quadro urgente e amplo de registro e pesquisa ainda por realizar, para que cheguemos a ter um conhecimento menos lacunar da literatura desses povos” (NEIVA, 2010, p. 447) e cabe à academia dar o passo inicial.

LITERATURA INDÍGENA: A VOZ EM ASCENSÃO

Partindo do ponto de vista de que antes da chegada do colonizador português já existia uma literatura indígena provinda da oralidade, e que seguia modelos alheios à ocidentalizada, pode-se dizer que essa literatura (que se manifesta em forma oral, nos cantos, ritos, etc.) vem sobrevivendo há mais de 500 anos de opressão e silenciamento, e

que agora, em pleno século XXI, finalmente, aos poucos, vem tendo voz e vez:

[...] a literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas), ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto-história de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones (GRAÚNA, 2013, p. 15).

“As lentes pelas quais nos foi dado a ler o índio brasileiro operam, via de regra, de modo desfocado e lacunar” (NEIVA, 2010, p. 440), conforme verifica-se em alguns diários de viajantes e nos textos canônicos aqui descritos. Agora, depois de cinco séculos da chegada dos portugueses e de silenciamento, o indígena está tendo vez de contar a sua história a partir do seu ponto de vista, portanto, deixa de ser objeto de pesquisa e passa a ser o sujeito, deixa de ser o coadjuvante e passa a ser o ator principal, o autor de suas histórias.

os indígenas estão descobrindo o Brasil. Se os viajantes europeus dos séculos XVI e XVII descreviam o território, a fauna e a flora, os rios e as gentes aqui encontrados, para com isso apresentar ao novo público o novo mundo, agora os nativos estão revertendo a história. Cerca de 40 povos indígenas do Brasil já publicaram seus textos em livros e ‘cartilhas’, que, quase sempre, se dirigem disfarçadamente aos brancos para redesenhar o seu terra à vista (ALEMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 195).

De fato, também é o que defende o escritor indígena Ailton Krenak:

Eu acho que teve uma descoberta do Brasil pelos brancos em 1500, e depois uma descoberta do Brasil pelos índios na década de 1970 e 1980. A que está valendo é a última. Os índios descobriram que, apesar de eles serem simbolicamente os donos do Brasil, eles não têm lugar nenhum para viver nesse país. Terão de fazer esse lugar existir dia a dia. Não é uma conquista pronta e feita. Vão ter de fazer isso dia a dia, e fazer isso expressando sua visão do mundo, sua potência como seres humanos, sua pluralidade, sua vontade de ser e viver (KRENAK, 2015, p. 248).

Vale destacar que a escrita tem sido uma aliada dos indígenas para as suas lutas, denúncias e anseios, conforme fala de Olívio Jekupé:

Através dela [da escrita] podemos mostrar ao mundo nossos problemas que acontecem no Brasil diariamente: terra sendo roubadas, rios sendo destruídos, índios assassinados, índias estupradas e tantas outras coisas mais. E poucos sabem disso. Por isso eu via na escrita pelos próprios indígenas como uma grande arma para a defesa de nosso povo (JEKUPÉ, 2009, p. 13).

Para Cláudia Neiva (2010), a escrita é um instrumento que durante muito tempo foi usada como elemento de dominação cultural do branco em relação ao indígena, e agora funciona como meio disponível para resistir a essa dominação e que vai contribuir de forma significativa para a inserção dos escritores indígenas na historiografia literária brasileira, pois “assistimos atualmente a uma espécie de eclosão do que nomeio a priori uma literatura indígena no Brasil, que, a meu ver, configura um movimento literário, na medida em que pode ser observado nos seus aspectos coerentes e sistemáticos, como um grande texto que se dá a ler” (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 195).

Em entrevista concedida ao *site* “Literatura RS”⁶, no dia primeiro de julho de 2019, Julie Dorrico, escritora indígena, destaca que a literatura indígena brasileira nasce na década de 1990. Para a escritora, antes deste período, era difícil encontrar obras publicadas por autores indígenas, embora, segundo Dorrico, algumas décadas antes já havia, de forma muito rara, algumas publicações, como a publicação do poema “*Identidade Indígena*” de Eliane Potiguara, em 1975, e na década de 1980 a publicação de *Antes o mundo não existia*, de Firmiano Arantes Lana e Luiz Gomes Lana.

Ainda de acordo com a autora, em um vídeo disponível em seu canal no Youtube⁷, a emergência

⁶ Entrevista consultada em 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://literaturars.com.br/2019/07/01/panorama-da-literatura-indigena-brasileira-entrevista-com-julie-dorrico/>

⁷ Disponível em: <https://youtu.be/W3R1tcwIT9E>

da literatura indígena se dá primeiramente nas aldeias, em forma de autoria coletiva, caracterizada, sobretudo, pela coleta de narrativas feitas em parceria entre professores e alunos, as quais servem, primeiramente, como material didático. Posteriormente, tem-se a emergência da autoria individual que, segundo Julie Dorrico, tem como precursores os escritores Kaká Weré Jekupé e Daniel Munduruku, com as publicações de *Todas as vezes que dissemos adeus*, em 1994, e *Histórias de índio*, em 1996, respectivamente. Observa-se que pelo menos dois tipos de produções fazem parte da literatura indígena brasileira, a saber: os textos provindos da oralidade, que são narrados, em grande parte, por senhores de idade avançada, que não foram alfabetizados, que, posteriormente, são transcritos para os livros; e os textos que não partem da oralidade, mas possuem relação com lugar de origem e que são escritos por escritores alfabetizados e com um carreira sólida ou se consolidando.

Efetivamente, a luta pela inserção da literatura indígena na história da literatura brasileira parte, sobretudo, dos próprios escritores indígenas, de modo que

A emergência de um movimento de autoria literária indígena no Brasil tem como alicerces duas frentes complementares: uma delas tem lugar no chão de um lento e progressivo avanço de um processo de escolarização que vem sendo implantado, desde a constituição de 1988, sob a forma de escola diferenciada indígena; a outra tem a ver com a vaga literária indígena que se vem destacando e ganhando forças a ponto de assumir, nos dias de hoje, a forma de verdadeiro fenômeno de mercado, alavancado, sobretudo, por força do que estabelece uma lei brasileira que tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena e afrodescendente (CARVALHO, 2020, p. 446).

De igual modo, Rita Olivieri-Godet (2017), defende que, além da educação, existem outros fatores favoráveis que contribuem para a impulso desta literatura no país, são eles:

[...] um interesse maior dos discursos sociais pelas questões indígenas no Brasil; a organização e a consolidação dos movimentos sociais ameríndios, principalmente a partir dos anos 1980; a importância da discussão sobre políticas identitárias minoritárias; e o acesso de uma parcela da população ameríndia à educação e à universidade. A esses fatores se poderiam acrescentar as comemorações dos 500 anos da ‘descoberta’ do Brasil, que provocaram um vasto movimento de releitura e de reinterpretação da formação histórica da nação (OLIVIERI-GODET, 2017, p. 8).

A implementação da Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da história e das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, tem chamado atenção do mercado editorial para a publicação de obras de autores indígenas, pois com a implementação da lei, existe um potencial de mercado favorável para a publicação de suas obras, de modo que as editoras vêm desempenhando um papel importante que também contribui para a emergência dessa literatura, dentre as quais merecem destaque as editoras Wei, Azougue, Hedra e Companhia das Letras. De acordo com informações de sua página oficial no facebook⁸, a editora Wei é a primeira editora independente de Roraima voltada para as publicações indígenas; a escolha do nome da editora faz referência a algumas versões das narrativas que envolvem Makunaima, nas quais Wei (a Sol) é quem dá origem aos povos Pemón; um dos trabalhos recentes de publicação da editora são os livros *Panton Piá -a história do Makunaima* e *Panton Piá -a história do Timbó*, de autoria de Clemente Flores e Devair Fiorotti, que são resultados de aproximadamente 10 anos de coletas das narrativas que circulam na região Circum-Roraima. As editoras Azougue e Hedra não possuem publicações exclusivas de indígenas, mas possuem projeto de publicação de grandes coleções, como exemplo, a publicação da *Coleção Tembetá*, da editora Azougue, que contém publicação de grandes nomes da literatura indígena brasileira, como Ailton Krenak, Álvaro Tukano,

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/weieditora>.

Cristino Wapichana, Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Fernanda Kaigang, Kaká Werá e Sônia Guajajara.

Por sua vez, a Companhia das Letras não possui uma coleção específica, mas dedica-se, sobretudo, a publicar obras de um dos indígenas mais consagrados da atualidade: Ailton Krenak, que publicou pela editora os livros *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, no ano de 2019, o qual é uma adaptação de duas conferências e uma entrevista realizadas em Portugal, entre 2017 e 2019 em que Krenak discute o futuro da humanidade em um mundo altamente consumista e sem preocupação com a natureza; *A Vida Não É Útil*, publicado no ano de 2020, contém reflexões ocasionadas pela pandemia de covid-19 em que, entre outras coisas, mais uma vez o escritor foca na questão do consumismo como elemento propulsor da destruição da civilização; e o livro *O amanhã não está à venda*, também publicado no ano de 2020 em que Krenak, de igual modo, faz uma reflexão sobre a pandemia que parou o mundo. Outro grande nome que também teve seu livro publicado pela editora Companhia das Letras, foi o pajé yanomami Davi Kopenawa, que teve o livro *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami* publicado no ano de 2015,

[...] trata-se de uma verdadeira obra-prima de exercício de travessia cultural oriunda de uma colaboração de cerca de dez anos entre o xamã ianomâmi Davi Kopenawa, um dos mais importantes líderes do movimento indígena no Brasil, e Bruce Albert, antropólogo francês” (OLIVIERI-GODET, 2017, p. 5).

Kopenawa, em seu livro, entre outras coisas, chama atenção para a proteção da floresta e para o consumismo exagerado que poderá ocasionar a autodestruição dos humanos. Aqui, tem-se dois grandes nomes da literatura indígena brasileira que estão engajados em lutas políticas e sociais em defesa de seu povo, território e da floresta. Tem-se

[...] dois modos de produção escrita inseridos no circuito cultural das sociedades ocidentais, duas trajetórias que simbolizam a diversidade de situações e de relações que os ameríndios mantêm com a sociedade brasileira, dois ameríndios que lançam seu olhar sobre essa sociedade, interpretando-a e representando-a (OLIVIERI-GODET, 2017, p. 6).

De um lado, tem-se um xamã Yanomani que mora na floresta amazônica, que não gosta de cidade, de comidas de branco, mas é preciso vestir a roupa do branco, comer a comida do branco, para ser ouvido pelo branco, em suas palestras mundo à fora. De outro, tem-se um indígena migrante, jornalista que leciona na universidade e que mora em São Paulo, maior metrópole da América Latina.⁹

Escritor, ambientalista e uma das grandes lideranças indígenas da atualidade, Ailton Krenak, recebeu, no ano de 2020, o prêmio Juca Pato por ter sido eleito intelectual do ano, devido as suas publicações de obras que contribuíram para o desenvolvimento do país e da democracia. Atualmente é o escritor indígena de maior destaque nacional.

São várias as temáticas discutidas por autores indígenas em suas obras, que vão desde a luta pelo reconhecimento enquanto indígenas, passando pelas questões de identidade e questões ambientais, até chegar na luta pela quebra dos estereótipos que lhes foram colocados há mais de cinco séculos. Portanto, seus textos possuem um sentido de resistência e de sobrevivência, que denunciam o colonialismo e a opressão linguística e cultural.

Héloïse Behr, em seu texto *A emergência de novas vozes brasileiras: uma introdução à literatura indígena no Brasil* (2017) defende que existem três momentos da literatura indígena no país. No primeiro momento tem-se os mitos transcritos, os quais consistem

⁹ “Vítimas das políticas de extermínio ou de integração forçada, inúmeros povos indígenas deixaram seus territórios tradicionais, o que desencadeou um processo mais ou menos avançado de aproximação do modelo ocidental e de inserção na sociedade brasileira” (OLIVIERI-GODET, 2017, p. 2).

[...] no resultado material de um trabalho não indígena com origem indígena, ou seja, a coleta dos mitos indígenas transpostos para o impresso por outrem não indígena, desde viajantes, antropólogos a linguistas e assessores. Nesse primeiro momento, não há uma atribuição de autoria aos indígenas, nem de caráter coletivo, tampouco individual (DORRICO, 2017, p. 223).

O trabalho de transcrição dos mitos ainda está presente na atualidade, porém há um novo método de se fazer este trabalho e uma nova forma de ver o indígena. Tem-se como exemplo o projeto “Panton Pia’: Narrativa oral indígena, registro e análise”, idealizado e desenvolvido pelo professor Devair Antonio Fiorotti, e financiado pelo CNPq, que coletou as narrativas orais indígenas da região Circum-Roraima, sob a perspectiva da história oral e dos estudos culturais. Como resultado deste trabalho, as narrativas foram transcritas e organizadas em quatro volumes, três de narrativas e um de canto (eremukon) tradicionais. Outrossim, os próprios indígenas também estão tomando a iniciativa de registrarem as narrativas de seu povo, como o indígena Marcos Rodrigues (Marcos Y’ekuana) que sob a orientação da professora Isabel Fonseca (do instituto Insikiran-UFRR) coletou as narrativas de seu povo, os Y’ekuanas, e transcreveu para os livros.

O segundo momento, de acordo com Behr (2017) são as literaturas didáticas, as quais estão ligadas diretamente aos órgãos de educação e possuem cunho pedagógico:

Aqui, sob a coordenação do Ministério da Educação e da Cultura, as universidades e as ONGs se encarregam dos diferentes projetos que dão origem a uma literatura pedagógica produzida por e para os próprios índios em áreas indígenas, a maioria das vezes em cursos de formação para professores indígenas (BEHR, 2017, p. 267).

Em pesquisa realizada durante os anos de 1996 a 1998, Maria Inês de Almeida e Raquel Queiroz relatam que tiveram a oportunidade de conhecer mais de 100 títulos de autoria indígena,

publicados nas décadas de 1980 e 1990, que, em sua maioria, possuíam o intuito educativo, “são livros escritos para auxiliar os professores índios na tarefa de ensinar às crianças das aldeias as artes de ler e escrever” (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 196). As autoras defendem que essas publicações de autoria indígena fazem parte de um movimento político/literário, pois, para elas, “trata-se de um movimento intencionalmente produzido por lideranças, intelectuais, e professores indígenas com a assessoria dos ‘brancos’” (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 196). Atualmente, ainda é muito comum a publicação de textualidades indígenas por professores em conjunto com seus alunos indígenas, isso é uma forma deles manterem vivas as histórias do seu povo.

O terceiro momento, conforme aponta Behr (2017), consiste nas literaturas publicadas em autoria individual por autores que se autoproclamam indígenas, os quais, inclusive, carregam o nome de seu povo em seus sobrenomes, como exemplo, Daniel Munduruku, Márcia kambeba, Ailton Krenak, entre outros. São esses autores, arrisque a dizer, que estão contribuindo de forma mais significativa para dar visibilidade à literatura indígena no país. Estes, em suas literaturas, destacam um importante papel de combate, defesa e denúncia, conforme fala do escritor indígena Olívio Jekupé:

Nós indígenas temos que ser como os grandes líderes que lutaram pelo nosso povo; temos que ser fortes e acreditar na arma que usamos para lutar que é escrever. O presente, o futuro está mudando e a literatura será nossa grande arma para defender nosso povo (JEKUPÉ, 2009, p. 15).

Outro indígena, que também defende o papel importante da literatura como forma de resistência e luta, é Daniel Munduruku. Para ele:

A literatura é [...] uma forma de atualizar nossos conhecimentos antigos. Por intermédio dela, pretendemos desconstruir a imagem negativa que fizeram de nós [...]. É isso que procuramos manter vivo nos livros que escrevemos, nos

filmes que produzimos, nas músicas que compomos, nos cantos que dançamos, nas universidades que frequentamos. Atualizar nossos saberes ancestrais usando os equipamentos que a sociedade, dita civilizada, criou é a nossa maneira de mostrar que não somos seres do passado, muito menos do futuro. Essa atualização mostra que estamos na Terra para ficar e queremos ensinar nossa maneira de manter o planeta vivo, queremos gritar para o mundo todo que somos parte e que ainda dá tempo de reverter o quadro vermelho de sangue que foi pintado ao longo de nossa história. Ainda dá tempo. (MUNDURUKU, 2016, p. 192-193).

Vale destacar a importância da educação universitária indígena no Brasil como elemento de ascensão social:

Para essa geração de ameríndios escritores, o acesso à educação é uma tática de luta: a formação intelectual os qualifica para influenciar a redefinição das relações entre os ameríndios e o Estado brasileiro. Seu projeto de criação e de luta política passa pelo domínio de conhecimentos e das formas ocidentais de transmissão do saber para defenderem melhor seus direitos e darem a conhecer a história dos diferentes povos e suas referências culturais específicas (OLIVIERI-GODET, 2017, p. 10).

Sobre essa questão, Carvalho (2017) sustenta que esse movimento de autoria indígena, alicerçado pelo processo de educação, vem ganhando forças na atualidade, chegando a assumir a forma de verdadeiro fenômeno de mercado. Dentre os escritores indígenas que também se destacam no cenário educacional, tem-se os professores Daniel Munduruku¹⁰, Graça Graúna, Julie Dorrico Márcia Kambeba, Ailton Krenak, Eliane Potiguara, entre outros.

Ainda que haja um grande empenho por parte dos escritores indígenas, especialmente aqueles que estão inseridos nas universidades e uma atenção maior por parte dos estudos culturais, mesmo assim,

[..] os textos ameríndios têm sido, em geral, quase rotundamente desconsiderados não apenas no que tange a seus fundamentos estéticos, mas também no que diz respeito a sua capacidade de se manter e atualizar,

10 Vencedor do prêmio Jabuti, no ano de 2017, com a obra *Vozes Ancestrais*

bem como de nutrir discursos inscritos em diferentes esferas da experiência humana. Assim, tradicionalmente relegados à condição de textos reconhecidos pelo exclusivo caráter etnográfico, cujo valor deriva tão-só do fundo folclórico que apresentam, as realizações verbais ameríndias têm sido, de forma contumaz, negligenciadas pelos discursos teóricos, históricos e críticos desenvolvidos no âmbito das literaturas latino-americanas. No Brasil, em particular (CARVALHO, 2017, p. 105).

Outrossim, embora haja programas de incentivo, como o do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, vinculado à Universidade Federal de Roraima, que oferece os cursos de graduação em nível superior para os indígenas de Roraima; bem como a existência de alguns programas de pós-graduação que têm um interesse maior pelas textualidades indígenas, sobretudo os da região norte do país, como os da UFPA¹¹ e da UFAC, ainda assim, se comparada com a literatura canônica, constata-se que há pouca aparição da literatura indígena na academia, e isso pode estar ligado à falta de interesse dos pesquisadores, ocasionando, conforme defende Risério (1993) em pouca influência dessa literatura ameríndia na literatura nacional.

No ano de 2020, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2020-Obras Literárias- disponibilizou livros literários para serem escolhidos¹² (pelos professores) para compor os acervos das escolas da Educação Básica brasileira. Para os sextos e sétimos anos do ensino fundamental foram disponibilizados uma média de 300 exemplares de livros literários, dentre os quais, seriam escolhidos em torno de 10 livros para compor o acervo de cada escola; dos 300 exemplares, apenas um era de autoria indígena (*Vozes ancestrais*:

11 É importante mencionar que as universidades, em sua maioria, ainda não dão o valor devido às questões relacionadas à literatura indígena ou a seus saberes. Cita-se como exemplo a Universidade Federal do Pará- da qual fazemos parte-que até hoje, no curso de graduação em letras, não existe nenhuma disciplina voltada à literatura indígena.

12 Acervo disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2020_literario/pnld_2020_literario-categoria-acervos-colecoes.

dez contos indígenas, de Daniel Munduruku). Tem-se, aqui, uma amostra do quanto a literatura de autoria indígena ainda é desvalorizada, “apesar da repercussão dos discursos sociais sobre a questão indígena no Brasil, e do interesse recente pela palavra e pensamento indígenas, o fato é que a criação literária ameríndia, escrita em português, passa praticamente despercebida” (OLIVIERI-GODET, 2017, p.7), logo, caminha a passos lentos a tão desejada ampliação da renovação literária brasileira e consequentemente a inserção desses textos na história literária do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mostrado neste artigo, mesmo sendo comprovada a existência de textualidades indígenas, durante aproximadamente cinco séculos, os ameríndios serviram apenas como pano de fundo e como imagem enobrecedora para a construção da literatura nacional, como verificou-se nas obras citadas pertencentes ao Romantismo e ao Modernismo, de modo que a sua capacidade poética foi silenciada.

O indígena inserido na literatura nacional é um indígena idealizado, que esconde as marcas deixadas pelo colonizador. Porém, atrelado a diversos fatores, como a escolarização e a implantação da lei 11.645/2008, os povos originários, finalmente, por meio da literatura, estão tendo voz para revisitar a sua história que foi contada a partir da visão do branco.

Efetivamente, muito ainda há que ser feito para a inserção da literatura indígena na história da literatura brasileira que, conforme defendida por Regina Zilbermann (2002), é excludente, pois deixa de lado as vozes das mulheres, negros, indígenas, entre outros. Para tanto, faz-se necessário, urgentemente, uma maior atenção da academia, enquanto lugar que produz e difunde o conhecimento, para que a literatura indígena, de fato, consiga ter maior visibilidade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. O Guarani. São Paulo: Ática, 2003.

ALENCAR, José de. Iracema. São Paulo: Ática, 2004.

ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira de. Tornar-se outro: o topos canibal na literatura brasileira. São Paulo: Annablume, 2002.

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica; FALE UFMG, 2004.

ANDRADE, Mário. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. In: LOPEZ, Telê Porto Ancona. (coord.). Macunaíma: o herói sem nenhum caráter – edição crítica. Florianópolis: UFSC, 1988.

ANDRADE, Mário de. Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

BEHR, Héloïse. A emergência de novas vozes brasileiras: uma introdução à literatura indígena no Brasil. In: MELLO, Ana Maria Lisboa de; PENJON, Jacqueline; BOAVENTURA, Maria Eugénia. Momentos da ficção brasileira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 259-279.

CÂNDIDO. Antônio. O Romantismo no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2002.

CARVALHO, Fábio Almeida de. Makunaima/Makunaíma, antes de Macunaíma. Revista Crioula, n. 05, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/crioula/article/viewFile/54943/5859>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CARVALHO, Fábio Almeida de. A produção literária da região Circum-Roraima. In: CARVALHO, Fábio Almeida de; MIBIELLI, Roberto; FONSECA, Isabel Maria. (org.). Literatura e Fronteira. Boa Vista: Editora da UFRR, 2017. p. 93-115.

CARVALHO, Fábio Almeida de. Considerações

- sobre a literatura da região circum-Roraima: originalidade, circulação, transposição e deriva literária. *Gragoatá* (UFF), v. 25, p. 430, 2020.
- DORRICO, Julie. A oralidade no impresso: o 'eu-nós lírico-político' da literatura indígena contemporânea. In: Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL –BOITATÁ, Londrina, n. 24, ago./dez., 2017.
- GRAÚNA, Graça. Contrapontos da literatura indígena contemporânea brasileira. Belo Horizonte: Maza Edições, 2013.
- JEKUPÉ, Olívio. Literatura escrita pelos povos indígenas. São Paulo: Scortecci, 2009.
- RIBEIRO, Darcy. Maíra. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Do Roraima ao Orinoco: (Observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913). Trad. Cristina Alberts-Franco. São Paulo: UNESP, 2006. v. 1.
- KOPENAWA, Davi e ALBERT Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. Encontros. Organização de Sergio Cohn. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. A Vida Não É Útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. O amanhã não está à venda Krenak. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MUNDURUKU, Daniel. Memórias de índio: uma quase autobiografia. Porto Alegre: Edelbra, 2016.
- NEIVA, Cláudia de Matos. Textualidades Indígenas no Brasil. In: FIGUEIREDO. Eurídice. (org). Conceitos de literatura e cultura. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUFJF, 2010.
- OLIVIERI-GODET, R. A emergência de autores ameríndios na literatura brasileira. In: Ciclo de Debates Cultura Brasileira Contemporânea: novos agentes, novas articulações. Departamento de Teoria literária e literatura comparada (USP), 2017.
- PROENÇA, Manuel Cavalcanti. Roteiro de Macunaíma. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- RISÉRIO, Antonio. Textos e tribos: poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- ROSA, João Guimarães. Meu tio o iauaretê. In: Estas estórias. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SÁ, Lúcia. Literaturas da floresta textos amazônicos e cultura latino-americana. Rio de Janeiro: EdUERj, 2012.
- SOUZA, Gilda de Mello. O Tupi e o Alaúde: uma interpretação de Macunaíma. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- ZILBERMANN, Regina. História da Literatura Brasileira: Velho Percurso – Agenda Nova. Revista ANPOLL, n.13, p.149-173, jul./dez. 2002.

Submissão: abril de 2021.

Aceite: julho de 2021.